

# REGISTRO GERAL (Livro N.º 2)

## 2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

MACEIÓ

ALAGOAS

CNM: 001925.2.0006217-59

*Cláudio Pereira de Andrade*  
Cláudio Pereira de Andrade  
OFICIAL

1985

MATRÍCULA N.º 6217 (seis mil, duzentos e dezessete)-DATA: 31 de Maio de 1985.

-Domínio Útil de um terreno situado na Av. Assis Chateaubriand, no Pontal da Barra, nesta cidade, com uma área de 39.400m<sup>2</sup>, limitando-se pela frente com a referida Av. Assis Chateaubriand, fundos com terreno de Maria Lucia e rua Governador Alvaro Paes, lado direito com terreno de propriedade do expropriante, lado esquerdo com terreno de José Maria Rocha e terras / do expropriante. PROPRIETÁRIO: HERÁCLITO LUNA LIMA, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade. REGISTRO ANTERIOR: L23-AB, fls.36 nº18.423, em 04.08.50, do 1º Cartório de Imóveis desta capital, C/Nº 6644, onde se vê que o proprietário adquiriu o imóvel desta matrícula, por compra a Pedro Alves Xavier e sua esposa Rosalita Alves Borges, conforme escritura pública de compra e venda de 08.07.50, L230, fls.12/15, notas do 1º Ofício desta capital. Certifico que consta do título apresentado para registro o Decreto nº 5721, de 27.03.84, que autoriza a desapropriação da referida área; dou fe. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 31.05.85. O Oficial: *Cláudio Pereira de Andrade*

R.1-6217- Protocolo nº11049-31.05.85.-DESAPROPRIAÇÃO-Por escritura de Desapropriação por utilidade pública e interesse social, lavrada em 18.12.84, nas notas do 1º Ofício desta capital, no Livro nº 301, fls.104/106, tabelião Celso Sarmento Pontes de Miranda, o ESTADO DE ALAGOAS, representado pelo Dr. Manoel Jarbas Costa, Procurador de Estado NE-5, designado através da Portaria nº 6.6.1981, pelo Dr. Marcos Brito, digo, pelo Dr. Marcos Bernardes de Mello, Procurador Geral do Estado, adquiriu por Desapropriação do Espólio de HERÁCLITO LUNA LIMA, devidamente representado por Remis Lima Dantas, brasileira, viúva, do comércio, residente nesta cidade, na rua Cláudio Livio, 124, bairro do Farol, portadora do CPF/MF nº 021.567.187-00, C.I. nº 108.093-M.A., e devidamente autorizado pelo Alvará do Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara desta capital, de 16.11.84, o imóvel constante desta matrícula, no valor de CR\$ 221.139.808,00 (duzentos e vinte e um mil, cento e trinta e nove mil, oitocentos e oito cruzeiros), cujo pagamento será efetuado em 04 parcelas, sendo a primeira no valor de CR\$ 55.389.808,00 pago no ato e os três seguintes no valor de CR\$ 55.250.000,00, vencíveis a cada 30 dias da assinatura da referida escritura; que, o referido imóvel foi desapropriado em virtude dos Decretos Governamentais nºs 5.721, de 27.03.84, publicado no D.O.E de 28.03.84 e nº 3192, de 08.09.77, dos Governadores José Tavares e Divaldo Suruagy, respectivamente; isento do imposto de transmissão; dou fe. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 31.05.85. O Oficial: *Cláudio Pereira de Andrade*

R.2-6217-Protocolo nº 11742-17.12.85.-INCORPORAÇÃO-Por Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26.09.85, e convocação efetuada por Editais publicados no Diário Oficial do Estado, edições de 20, 21 e 24 de setembro e no Jornal de Hoje, edição de 20 de setembro de 1985, o Estado de Alagoas, representado por seu Consultor Jurídico Maria Anicleres Vieira Soares, conforme Portaria nº 1234, de 24 de setembro de 1985, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 25 de setembro de 1985, incorporou ao Patrimônio da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS-CODEAL, com sede nesta capital, na Av. Duque de Caxias, nº 1108, Centro, inscrita no CGC/MF nº 12.288.031/0001-79, o imóvel constante desta matrícula, com área de 39.400m<sup>2</sup>, conhecido gleba 5. Limita-se na frente com a Av. Assis Chateaubriand, tendo 106,00 metros, aos fundos com a rua Governador Alvaro Paes tendo 57,00 metros, pelo lado direito com terrenos de Maria Lúcia Nascimento e Companhia de Desenvolvimento de Alagoas-CODEAL, com 326 metros,

resultante de quatro segmentos retos e consecutivos de 207,00m, 34,00m, / 10,00m e 75,00m, pelo lado esquerdo com terrenos de José Maria Rocha e da mesma Codeal, tendo 385,60m e resultante de cinco segmentos retos e consecutivos de 39,00m, 62,00m, 47,30m, 71,00m e 166,30m; que, foi efetivado o aumento do capital social em CR\$ 5.106.906.148 (cinco bilhões, cento e sessenta milhões, novecentos e seis mil, cento e quarenta e oito cruzeiros) dividido em 2.475.521.825 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Na oportunidade serão emitidas 421.381.904 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em favor do Estado de Alagoas; que, estiveram presentes aprovando a matéria os senhores, acionistas Ageval Rodrigues Dória, membro efetivo do Conselho Fiscal e dos senhores Diretores Paulo Fernando Buarque Juca, Alberto Vasconcelos Nogueira e Bianor Paes Filho; que, o mencionado imóvel foi avaliado em CR\$ 421.381.904 pela comissão designada, nos termos da Lei nº 9760, de 05.09.46 e legislação complementar a qual passa a constituir área de uso público e comunitário; que, a referida Ata foi lavrada às fls. 09 a 12 do Livro de Registro de Atas nº 2, da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas-CODEAL. Certifico que a ATA foi arquivada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS, em 04.10.85, sob nº 85/27300000351; apresentou o Alvará de Licença nº 308/85, firmado em 30.07.85, do SPU/AL; tudo mais conforme consta da referida Cópia da Ata apresentada em Cartório; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió, 17.12.85. O Oficial: *[assinatura]*

R.3-6217-Protocolo nº 12274-18.06.86.-COMPRA E VENDA- Por escritura de compra e venda, lavrada em 03.06.86, nas notas do 4º Ofício desta capital, Lº 103, fls. 25/31, tabelião Lumar Fonseca de Machado, a proprietária COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS-CODEAL, com sede na Av. Duque de Caxias nº 1108, Centro, nesta cidade, CGC/MF nº 12.288.031/0001-79, representada por seus Diretores Napoleão Cavalcante Lopes Barbosa, industrial, CPF/MF nº 002.752.204-00 e Alberto Vasconcelos Nogueira, engenheiro textil, CPF nº 003.510.754-53, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, vendeu a SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A, pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF nº 12.296.919/0001-52, sediada na Av. Assis Chateaubriand nº 5260, nesta cidade, representada por seus Diretores Antonio Gomes Mattos Junior e Abraham Zagury, brasileiros, casados, engenheiros químicos, residentes e domiciliados nesta cidade, CIC/MF nºs 017.271.178-91 e 018.515.197-34, respectivamente, o imóvel constante desta matrícula, juntamente com outros, pelo preço de CR\$ 3.519.425,00, digo, 3.519.425,30 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte e cinco cruzados e trinta centavos); foi pago o imposto de transmissão e o laudêmio; quite com a Municipalidade e com o IAPAS, conforme consta na escritura; foram apresentadas as certidões de que trata a Lei nº 7433, de 18.12.85; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió, 18.06.86. O Oficial: *[assinatura]*

R.4-6217-Protocolo nº 224610-08.04.2002-INCORPORAÇÃO- Por requerimento de 02.04.2002, com firma reconhecida da TRIKEM S/A, com sede na rua Hidrogênio nº 3.342, Complexo Básico, Coppec, Polo Petroquímico, Camaçari/BA., inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54 e Filial nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98, representada por Jorge Augusto Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da C.I nº 372.098/AL e inscrito no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado nesta capital, por procuração particular data de 09.04.2001, para constar que SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A., foi incorporada ao patrimônio da TRIKEM S/A, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, lavrada em 12.12.96, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96062619 de 12.12.96; Certidão da Secretaria da Receita Federal nº E-5.034.548 de 01.11.2001 e CND/INSS nº 006162002-04001010 de 07.02.2002; tudo mais conforme documentos apresentados em cartório; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió, 08.04.2002. Oficial Substituta. *[assinatura]*

R.5-6217-Protocolo nº 25142-17.02.2003-TRANSFERÊNCIA DE AFORAMENTO- Por contrato de transferência de aforamento, lavrado em 03.07.2002 no Lº AL-002/AF, fls: 29, Processo nº 10465.000150/86-81, RIP nº 2785.0001675-46, com força de escritura pública, art. 13, item VI do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, com a redação dada pelo art. 10 da Lei nº 5.421 de 25.04.68 da Secretaria do Patrimônio da União, Gerência Regional em Alagoas, a UNIÃO FEDERAL, representada de acordo o disposto do art. 14, V do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, pelo /

# REGISTRO GERAL (Livro Nº 2)

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
MACEIÓ - ALAGOAS

*Cláudio Pereira de Andrade*  
Cláudio Pereira de Andrade



Ficha nº 02

Oficial

## MATRÍCULA Nº 6217 (seis mil, duzentos e dezessete) - CONTINUAÇÃO:

Sr. Procurador Chefe da Fazenda Nacional, Dr. Elton Gomes Mascarenhas, dá em aforamento a TRIKEM S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98 com sede na Av. Assis Chateaubriand nº 5.260, Pontal da Barra, nesta capital, representada por seus procuradores, Jorge Augusto Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da C.I nº 372.098/AL e inscrito no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado na rua/Jequitibá nº 96, Loteamento Jardim do Horto, nesta capital e Manoel Carnaúba Cortez, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da C.I nº 229.716/AL e inscrito no CIC/MF nº 209.049.084-53, residente e domiciliado na rua Lourenço M. da Silva nº 117, Aptº.501, Ponta Verde, nesta capital, por procuração particular datada de 09.04.2001, o imóvel constante desta matrícula, nos termos do art.116 § 1º do Decreto Lei nº 9.760 de 05.09.46; que o outorgado foreiro fica sujeito ao pagamento do foro anual em importância equivalente a 0,6(seis décimos por cento) do valor do domínio pleno do terreno, que é de R\$ 71.708,00(seisenta e um mil, setecentos e oito reais) e que será anualmente atualizado na forma do art. 101 do Decreto Lei nº 9.760/46, com a redação dada pela Lei nº 7.450 de 23.12.85 e ao pagamento do laudêmio em valor equivalente a 5% sobre o valor do domínio pleno do terreno e // benfeitorias a ser cobrado na transferência onerosa, entre vivos, ainda que por força de decisão judicial transitada em julgado, bem assim sobre a cessão de direitos a ele relativo (art.67 do Decreto Lei nº 9.760/46, art.3º do Decreto Lei nº 2.398/87 e Decreto nº 95.760/88); que, se o imóvel estiver situado em zona que tenha sido declarada de interesse do serviço público, através do Secretário do Patrimônio da União, a transferência do aforamento não poderá ser feita (art.3º § 2º, I, alínea "c" do D.L nº 2.398/87, com as alterações do MP nº 1.567/97 e art.7º do Decreto nº 95.760/88); que, o outorgado em caso no atraso do pagamento do foro a incidência de multa, juros moratórios e demais cominações legais; que a falta de pagamento do foro implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa (art.17 do Decreto Lei nº 2323 de 26.02.87); que, o não pagamento do foro durante 03(três) anos consecutivos ou 04(quatro) anos intercalados importará na caducidade do aforamento (art.101 § Único, Decreto Lei nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636 de 15.05.98), procedendo-se na forma do disposto nos arts.118 e 121 do Decreto Lei nº 9.760/46; que, será nula a transmissão do domínio útil do terreno realizada sem o prévio assentimento da Secretaria do Patrimônio da União-SPU; que, o aforamento extingui-se-á por inadimplemento de cláusula contratual, // por acordo entre as partes, ou, a critério do Presidente da República, por proposta do Ministério da Fazenda, pela remição do foro nas zonas onde não mais subsistem os motivos determinantes da aplicação do regime enfiteutico (art.103 do D.L nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636/98); que, consistindo o inadimplemento de cláusula contratual no não pagamento do foro durante 03(três) anos consecutivos ou 04(quatro) anos intercalados, é facultado ao foreiro, sem prejuízo do disposto no art.120 do Decreto Lei nº 9.760/46, revigorar o // aforamento mediante as condições que lhe forem impostas (art.103 § 1º, D.L nº 9.760/46). Obrigam-se as partes pelas demais condições e obrigações constantes do contrato; dou fê. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 17.01.2003. O Oficial *Cláudio Pereira de Andrade*

R.6-6217-Protocolo nº 26275-04.06.2004-INCORPORAÇÃO-Por requerimento de 28.05.2004, com firma reconhecida da BRASKEM S/A, com sede na rua Eteno nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari/BA, inscrita no CNPJ/MF nº 42.150.391/0001-70, com atividade econômica de Extração de Minerais e Fabricação de Cloro e Alcalis, situada na Av. Major Cícero de Góes Monteiro s/nº, Bebedouro e Av. Assis Chateaubriand nº 5260, Pontal da Barra, nesta cidade, representada por sua procuradora Andréa Richa Cavalcanti Jucá Paiva, brasileira, casada, economista, inscrita no CIC/MF nº 453.763.014-00, residente e domiciliada nesta cidade, por procuração particular de 06.05.2004, com firmas reconhecidas, para constar que o imóvel constante desta matrícula, da TRIKEM S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54 foi incorporado ao patrimônio da BRASKEM S/A, conforme Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 30.04.2001, registradas na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96310724 de 07.05.2001; Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 27.09.2002, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96402252 de 10.10.2002 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15.01.2004, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 929900738817-29900738825 em 22.01.2004 e Anexo de 08.12.2003, registrado na Junta Comercial do

Estado da Bahia sob nº 96595540 em 22.01.2004; Apresentou em cartório em nome da TRIKEM S/A a CND/INSS nº 003232004-04001010 em 19.01.2004, em nome da BRASKEM S/A a CND/INSS nº 009312004-04001010 de 08.03.2004 e Certidão Positiva de Débitos e Tributos e Contribuições Federais com Efeitos de Negativa nº 6.631.046 de 03.02.2004; tudo conforme documentos apresentados em cartório; dou fê. Eu,  Escrevente, datilografei. Maceió, 02.07.2004. O Oficial 

*Antônio Carlos de Andrade*